



**O NEOLIBERALISMO
NÃO É UM
SLOGAN**

JOÃO RODRIGUES

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXXII

ÍNDICE

Agradecimentos 9

Introdução 13

1. Não é mesmo um slogan 19
2. Engenharia política supranacional 77
3. Economia política dos consensos internacionais 137
4. Neoliberalismo incrustado em Portugal 201
5. Vulnerabilidades macroeconómicas nacionais 271
6. Resgatar a economia política soberanista 321

Bibliografia 367

Nota biográfica 389

© 2022, João Rodrigues
e Edições tinta-da-china, Lda.
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152 — E.10
1750-149 Lisboa — Portugal
Tels.: 21 726 90 28
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *O Neoliberalismo não É Um Slogan:*

Uma história de ideias poderosas

Autor: João Rodrigues

Revisão: Tinta-da-china

Composição: Tinta-da-china

Capa: Tinta-da-china (V. Távares)

1.ª edição: Maio de 2022

ISBN 978-989-671-678-3

Depósito Legal n.º 498455/22

Para Manuel e Pedro

Este livro teve uma gestação longa, iniciada com quatro palestras que proferi na Culturgest (Lisboa) em 2014, com o mesmo título. Agradeço a Miguel Lobo Antunes o convite e o desafio para as transformar em livro. Na realidade, fui escrevendo, sozinho e com outros, ao longo destes anos: quase todos os capítulos foram previamente publicados, em versões pelo menos parciais. Espero que da sua revisão, por vezes profunda, e compilação tenha resultado um todo que seja mais do que a soma das partes. Se esta expectativa se confirmar, tal deve-se também a vários intelectuais, individuais e coletivos.

O primeiro capítulo, que procura sintetizar o projeto neoliberal, é o desenvolvimento de um texto escrito para um livro que assinalou os dez anos do blogue de economia política «Ladrões de Bicicletas». Cruzo-o com um texto académico, publicado no *Sage Handbook of Neoliberalism* (Rodrigues, 2017; Rodrigues, 2018a). Já se disse que um camarada é alguém com quem se conta porque há um projeto político-ideológico partilhado que impede que terminemos em nós mesmos. Da camaradagem pode nascer a amizade, e o contrário também é verdadeiro. Obrigado a todos os ladrões de bicicletas. Este livro procura ser objetivo, mas não é neutro. Os camaradas e amigos João Ramos de Almeida e Nuno Teles, que leram generosamente capítulos deste livro, dando-me sábios conselhos, que só muito parcialmente consegui

seguir, sabem bem a diferença. Alguns destes temas foram igualmente ensaiados nas páginas do *Le Monde diplomatique* — Edição portuguesa, um jornal de cujo Conselho Editorial tenho orgulho de fazer parte, e que tudo deve ao trabalho militante de Sandra Monteiro, camarada e amiga há mais de duas décadas, a melhor leitora que se pode desejar.

O segundo capítulo, sobre a integração europeia enquanto projeto neoliberal, retoma e aprofunda os termos desenvolvidos em dois textos previamente publicados e que resultaram de duas conferências realizadas em 2015. A primeira, na Universidade da Beira Interior, a convite de António Bento, que coordenou um raro livro em português sobre neoliberalismo (Rodrigues, 2019a); a segunda, na Universidade do Minho, a convite de Rita Ribeiro, Sheila Khan e Vítor de Sousa, que coordenaram um livro plural sobre questões de integração (Rodrigues, 2020a).

O terceiro capítulo, sobre o impacto intelectual e político de 1989, um ano de transformações globais muito relevante para explicar a hegemonia do neoliberalismo, repesca um artigo publicado num número especial da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, a assinalar os 40 anos da publicação e do Centro de Estudos Sociais (CES) (Rodrigues, 2018b). Este centro de investigação, crítico e plural, tem sido um espaço de liberdade para pensar para lá das barreiras disciplinares, graças ao concurso de um coletivo cada vez mais alargado. Os temas foram ainda alvo de um tratamento mais focado na evolução da economia política internacional, que não teria surgido sem o desafio estimulante, lançado por José Manuel Pureza e Marcos Farias Ferreira, para participar num livro sobre teoria crítica e relações internacionais (Rodrigues, 2021).

O quarto capítulo versa sobre o neoliberalismo em Portugal. Inédito, retoma parcialmente um trabalho desenvolvido em coautoria com Ana Costa e José Reis, já apresentado em conferências internacionais em 2019, bem como um capítulo sobre economistas neoliberais portugueses, escrito no âmbito de um projeto coordenado por Vítor Neves acerca da ciência económica que se fez em Portugal nas últimas décadas (Rodrigues, 2019b). Agradeço a permissão para usar algum desse material a dois colegas a quem muito devo e com quem partilho vários projetos coletivos na área da economia política. José Reis leu e discutiu os capítulos de um livro que não teria surgido sem o seu estímulo e apoio constantes ao longo de mais de uma década no CES e na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC).

O quinto capítulo parte do pressuposto de que para compreender as últimas décadas da economia portuguesa não há nada de mais prático do que boa teoria, moderna e monetária. Foi escrito em coautoria com Paulo Coimbra (Coimbra e Rodrigues, 2020b), a quem agradeço tanto a permissão da sua republicação quase integral num livro individual quanto a leitura amiga num momento de dúvida e hesitação: um bom livro é um livro acabado, realmente.

O sexto capítulo, que resgata uma economia política soberanista, retoma alguns termos de Rodrigues (2020c), procurando superar alguns dos termos do neoliberalismo, mas levando a sério algumas das suas indicações sobre escalas de atuação e os seus efeitos. Ao mesmo tempo, defendem-se as especificidades de áreas cruciais como a moeda, o trabalho ou a natureza, cujo destino nunca pode ser deixado às forças do mercado. Todo o meu trabalho académico, de ensino e de investigação, na última década tem beneficiado da cumplicidade intelectual, feita de

longas conversas e de aprendizagem, com dois historiadores, Álvaro Garrido e António Rafael Amaro: desde o primeiro dia, fizeram-me sentir parte da Secção de História da FEUC; além de colegas, fiz amigos, e coisa melhor no mundo não há.

Quero agradecer particularmente à Ana Cordeiro Santos, coautora e leitora generosa. Aprende-se sempre com as melhores.

E por falar em melhores: é um privilégio trabalhar com a Editora Tinta-da-china, com Bárbara Bulhosa ou com Inês Hugon, que fez a revisão final com incedível profissionalismo.

Realmente, dependemos sempre da ação coletiva.

INTRODUÇÃO

A 23 de dezembro de 2008, em plena crise financeira internacional, o então diretor do *Público* José Manuel Fernandes queixava-se, em editorial, de que muitos atribuíam o mal do mundo ao «neoliberalismo», com aspas, que «ninguém sabe definir com precisão» (Fernandes, 2008). Embora já tenha sido mais popular, dados os factos da experiência histórica mais ou menos recente e as suas interpretações tão precisas quanto é possível no sempre contestado campo das ideias, a hipótese ofuscadora de que o neoliberalismo é um termo de proveniência e de utilidade duvidosas continua a ter os seus defensores interessantes, interessados e interesseiros, fora e dentro da academia. Filiando-se numa tradição institucionalista de crítica desta forma de economia política, este livro procura, em primeiro lugar, definir com a precisão possível o neoliberalismo, argumentando tratar-se da mais influente visão do mundo dos últimos 50 anos, com uma história que mergulha em debates já com quase um século. Corresponde, como se sublinhará, a um feixe de ideias, nascidas por reação e em oposição, mas que adquiriram poder, ou seja, capacidade para mudar as regras do jogo político-económico, e logo social e cultural, em múltiplas escalas do sistema internacional. Obviamente, esse poder nunca foi absoluto. Houve sempre resistências intelectuais e políticas variadas. A expressão «resistência» é propositada, visto que será claro quem fixou as tendências mais visíveis, ao nível internacional, mas tam-

bém ao nível nacional, em particular desde os anos 80. Este livro trata então de processos de mudança institucional, de interesses e de ideias, com particular ênfase nas últimas, assumindo que podem ser uma força material relevante, em particular quando se inscrevem institucionalmente.

Cinco anos depois, a 20 de dezembro de 2013, o mesmo José Manuel Fernandes, num artigo no *Público*, era obrigado, ainda que refugiando-se na ironia, a confessar-se «neoliberal», em reação aos que justamente consideravam o governo liderado por Pedro Passos Coelho como sendo, à boleia da Troica, um exemplo acabado de neoliberalismo, com as suas políticas de privatizações, de alteração da legislação laboral destinadas a aumentar os direitos dos patrões e a diminuir os dos trabalhadores, bem como de austeridade. Para José Manuel Fernandes, tal governo seria «apenas menos iliberal do que tem sido regra em Portugal», estando muito longe do espírito de Friedrich Hayek (Fernandes, 2013). No fundo, o neoliberalismo nunca teria existido, muito menos em Portugal. Os anos 80 e 90 nunca existiram. E a integração europeia também não. Pior, «acusar tudo e todos de neoliberalismo» seria «o insulto preferido da esquerda»: «Já fiz o teste muitas vezes e ele, como o do algodão, nunca falha: basta perguntar a quem vocifera contra o neoliberalismo que defina neoliberalismo para esse alguém embatucar ou, em alternativa, despejar uma série de banalidades sem sentido.» Se certamente não embatuco, espero ir para lá da banalidade neste livro. O governo de Passos Coelho foi um exemplo, nesta periferia, da surpreendente resiliência de tal visão do mundo. Muitos julgaram-na acabada em 2008, dado que se vivia a maior crise desde a Grande Depressão — precisamente a que havia enterrado o liberalismo económico. Por

razões variadas e que serão escrutinadas, o neoliberalismo exibiu um notável poder até à pandemia.

Se iniciamos este livro com uma referência a um influente jornalista neoliberal, é porque este tipo de intelectual público, que «transaciona ideias em segunda mão», sempre foi valorizado por aqueles que elaboram ideias em primeira mão, para usar os termos de Hayek num ensaio sobre os «intelectuais e o socialismo» (Hayek, 1949). Nele, Hayek reconhecia a necessidade de construir uma «utopia liberal», antissocialista, paciente e orientada para o longo prazo. Cinco anos antes, o socialista Karl Polanyi havia justamente denunciado a economia política liberal como uma utopia com consequências distópicas, cuja impossibilidade de realização plena permitiria aos seus defensores, com espírito de «cruzada apaixonada», «sustentarem que era a aplicação incompleta dos seus critérios a razão de todas as dificuldades em nome das quais os acusavam» (Polanyi, 2012 [1944]: 314). Como os neoliberais reconhecem que um Estado forte é indissociável da forma de capitalismo pela qual pugnam, vão sempre conseguir responsabilizar o Estado pelo fracasso das políticas que defendem, assegurando que estas nunca foram verdadeiramente tentadas e furtando-se assim ao confronto do real. O neoliberalismo está sempre por realizar.

Se Hayek e Keynes tiveram grandes divergências sobre a política económica, também tiveram algumas convergências, e uma delas foi a importância das ideias, traduzida na famosa formulação de Keynes (2010 [1936]: 364), que, de resto, mereceu a aprovação de Hayek («nunca Lord Keynes disse uma coisa mais verdadeira»; 1948a: 108):

[A]s ideias dos economistas e dos filósofos políticos, sejam elas certas ou erradas, têm um alcance mais poderoso do que

habitualmente se pensa. De facto, o mundo é governado por elas, e pouco mais. Os homens práticos que se julgam livres de qualquer influência intelectual são habitualmente escravos de algum economista morto.

Este livro preocupa-se sobretudo com algumas ideias neo-liberais em primeira mão, oriundas de economistas e filósofos políticos mortos, mas também de uns quantos vivos, com a sua passagem da oposição para o poder, com derrotas de ideias que se lhes opunham e com a sua eventual resistência e renovação, constituindo alternativas. Sabendo que o mundo é governado por muito mais do que ideias, podemos pelo menos assumir que estas contam. Mas de que ideias falamos? A definição mais concisa e profunda de neoliberalismo que conheço é a seguinte: «o desencantamento da política através da economia» (Davies, 2017: 6). Como se verá adiante, o neoliberalismo é um processo político-ideológico de promoção do desencantamento em relação a uma política democrática tornada em grande medida institucionalmente impotente, através da promoção de uma certa forma de capitalismo supranacional, que se apresenta como irreversível, quase natural, e que quando muito pode ser sujeita a ajustamentos técnicos na margem, a serem feitos por uma elite tanto quanto possível protegida do controlo democrático. Isto significa que se travou e trava uma luta sem quartel contra a ideia de soberania democrática na economia, que não se reduz à autoridade política, na realidade sempre indispensável para qualquer projeto de poder, inclusive para o neoliberal. Assim, não se deixará de indicar que a eventual superação do neoliberalismo implica reencontrar a economia, por meio de alternativas institucionais

na escala nacional, onde está ainda a política democrática, reconhecendo a plasticidade mas também os limites dos mercados, circunscrevendo-os e subordinando-os às prioridades coletivas. Neste livro também se falará de alternativas.

João Rodrigues (n. 1977) é professor auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde leciona História Económica e das Relações Internacionais e Economia Política. Investigador do Centro de Estudos Sociais, tem-se debruçado sobre temas de economia política, da história do neoliberalismo à economia política da integração monetária. É cocoordenador do doutoramento interdisciplinar em Economia Política e membro da direção da Associação Portuguesa de Economia Política. É ainda membro do conselho editorial do *Le Monde diplomatique — Edição portuguesa* e coautor do blogue «Ladrões de Bicicletas».

foi composto em caracteres
Hoefler Text e Verlag, e impresso pela Guide,
Artes Gráficas, em papel Coral Book de 80g,
no mês de Abril de 2022.

